



EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Entre os prédios da SEAD e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.etipi.pi.gov.br>

PROCESSO Nº 00066.000203/2025-06

PREGÃO SRP 90001/2026 - ETIPI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS DE COPA, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS GERAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA PIAUÍ LINK S/A E DA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ – ETIPI.

ÍNDICE

- 1) DO OBJETO
- 2) DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 3) DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 4) DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 5) DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 6) DA FASE DE JULGAMENTO
- 7) DA FASE DE HABILITAÇÃO
- 8) DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
- 9) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 10) DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
- 11) DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 12) DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 13) DOS RECURSOS
- 14) DA CONTRATAÇÃO
- 15) DO PRAZO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO
- 16) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PREÂMBULO

- **Tipo de Licitação:** Por grupo - menor preço
- **Entrega de propostas:** 25/05/2026
- **A partir da publicação no seguinte endereço eletrônico:** www.comprasgovernamentais.gov.br
- **Etapa de Lances:** 08/06/2026
- **Abertura da sessão pública:** 08/06/2026
- **Horário:** 09:00h
- **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br
- **Código da UASG:** 929895

Torna-se público que a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI-PI, por meio da Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediada na Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Bairro São Pedro, Teresina - PI, CEP: 64018-900, realizará licitação, **para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços destinado ao fornecimento de materiais de consumo nas categorias de copa, escritório e serviços gerais, para atendimento das demandas da Piauí Link S/A e da Empresa



de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. **A licitação será realizada em 3 (três) lotes, formados por itens, conforme tabela constante abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**

LOTE 01

	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUÍ LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
01	Açúcar 1 kg	AÇÚCAR CRISTAL COLORAÇÃO BRANCA - FARDO 30 KG	30	30	60	FARDOS
02	Adoçante 200 ml	ADOÇANTE LÍQUIDO DIETÉTICO com sacarina EMBALAGEM DE 200ML	40	100	140	UNIDADES
03	Água de copo S/ Gás 200ml - Copos	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO COM TAMPA ALUMINIZADA 200ML CAIXA COM 48	30	0	30	CAIXAS
04	Biscoito de Leite	Biscoito doce tipo leite primeira linha, acondicionado em embalagem adequada para consumo alimentar, devidamente lacrada e rotulada conforme legislação sanitária vigente.	200	100	300	POTES
05	Café a vácuo 250 g	Café torrado e moído, embalado a vácuo, marcas de referência: União, santa clara, 3 corações, melitta maratá ou superior. com peso aproximado de 250 g, acondicionado em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e prazo de validade.	600	1200	1800	UNIDADES

06	Manteiga 500g	Manteiga de origem láctea, primeira qualidade, acondicionada em embalagem de 500 g, devidamente lacrada e identificada conforme normas sanitárias vigentes.	60	100	160	UNIDADES
07	Coador de café de tecido 100% algodão lavável	Coador de café confeccionado em tecido, reutilizável e lavável, com suporte adequado para preparo de café.	30	50	80	UNIDADES
08	Leite em pó integral	Leite em pó acondicionado em embalagem apropriada, com peso aproximado de 380 g, contendo identificação do fabricante e prazo de validade.	200	200	400	LATA
09	Pacote de Petas 200 g	Biscoito tipo peta ou similar, acondicionado em embalagem plástica ou equivalente, contendo aproximadamente 200 g do produto.	350	500	850	PACOTES
10	Biscoito de Goiaba saco	Biscoito doce com recheio sabor goiaba, acondicionado em embalagem apropriada para consumo alimentar, devidamente lacrada e rotulada.	200	250	450	POTES
11	Guardanapos - Folha Dupla	Guardanapo de papel descartável, folha dupla, de boa absorção, acondicionado em embalagem com quantidade adequada para uso institucional tamanho mínimo 30 x 29,5 cm	150	1000	1150	PACOTES

12	<p>Conjunto de xícaras louça pequena - 12 unidades</p> 	<p>Conjunto de xícaras com pires confeccionadas em material cerâmico ou similar, apropriadas para consumo de bebidas quentes, contendo 12 unidades.</p>	15	50	65	CONJUNTOS
13	<p>Conjunto de taças de vidro - 06 unidades</p> 	<p>Conjunto de taças confeccionadas em vidro ou material similar, apropriadas para consumo de bebidas, contendo 6 unidades. Mín 300 ml</p>	15	50	65	CONJUNTOS
14	<p>Mini Colher- mexedor de café</p>	<p>Colher Descartável - Material Plástico, Cor Incolor, Aplicação Café, Características Adicionais Resistente. Pacote com 100 unidades.</p>	50	50	100	PACOTES
15	<p>Colher descartável</p>	<p>Talher Descartável - TALHER DESCARTÁVEL MATERIAL PLÁSTICO, TIPO COLHER, APLICAÇÃO SOBREMESA, COR INCOLOR. Pacote com 50 unidades.</p>	50	50	100	PACOTE
16	<p>Garfo descartável</p>	<p>Talher Descartável - TALHER DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO GARFO, APLICAÇÃO SOBREMESA, COR INCOLOR. Pacote com 50 unidades.</p>	50	50	100	PACOTES

17	Prato descartável	Prato descartável nº 17, confeccionado em plástico ou material equivalente, resistente, indicado para uso em refeições, acondicionado em pacote com quantidade compatível para uso institucional. Pacote com 10 unidades. PR-15	200	450	650	PACOTES
18	Prato raso branco para refeição	Prato raso branco para refeição 25 cm em porcelana (caixa com 6 pratos)	-	5	5	CAIXAS
19	Prato branco para sobremesa	Jogos de pratos 18 cm para sobremesa (caixa com 6 pratos)	-	5	5	CAIXAS
20	Conjunto de Talheres em inox	Conjunto de talheres em aço inoxidável Cor-Prata Quantidade: 24 peças 6 x Faca 6 x garfos 6 x Colher Pequena 6 x Colher Grande	-	2	2	CONJUNTOS
21	Jogo Americano redondo	Jogo Americano (sousplat) redondo prata 30 cm com 6 peças		5	5	CONJUNTOS
22	Travessas Retangular Rasa	Travessa Retangular Rasa Grande Porcelana Branca 36 Cm Branco caixa com 6 unidades		2	2	CAIXAS
23	Copo Descartável 180ml p/ Água	Copo Descartável - Copo Descartável, Material: Polipropileno , Capacidade: 180 MI, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Biodegradavel, Nbr 13230/2(CAIXA COM 2500 UNID)	10	400	410	CAIXA

24	Copo Descartável 50ml p/ café	Copo Descartável - Copo Descartável, Material Polipropileno, Capacidade 50 MI, Aplicação Líquidos, frios E Quentes, Características Adicionais Atóxico E Biodegradável (CAIXA COM 2500 UNID)	400	1000	1400	CAIXA

LOTE 02

	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUI LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
25	Caneta azul - caixa	Caneta Esferográfica - CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL: PLÁSTICO , QUANTIDADE CARGAS: 1 UN, MATERIAL PONTA: ESFERA DE TUNGSTÊNIO , TIPO ESCRITA: MÉDIA , COR TINTA: AZUL (Caixa com 50 unidades)	15	30	45	CAIXAS
26	Resma de Papel A4	RESMA DE PAPEL SULFITE A4, composta por 500 folhas de papel, fabricadas em celulose vegetal, gramatura 75g/m² e dimensões: 210 mm x 297 mm, cor branco. MODO DE ENTREGA: Caixa com 10 resmas.	12	50	62	CAIXAS
27	Borracha	Borracha utilizada para apagar escrita a lápis, confeccionada em material adequado para uso escolar ou de escritório.	24	100	124	UNIDADES
28	Apontador	Apontador para lápis com lâmina metálica, indicado para uso escolar ou de escritório (1 furo)	24	100	124	UNIDADES
29	Corretivo	Corretivo Líquido - CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL: BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA , APRESENTAÇÃO: FRASCO , APLICAÇÃO: PAPEL COMUM , VOLUME: 18 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DILUENTE (CAIXA COM 12 UNIDADES)	10	50	60	CAIXA
30	Fita adesiva larga	Fita Adesiva Transparente Embalagem 45mm x 100m Alta Aderência	50	100	150	UNIDADES
31	Fita adesiva tipo durex	Fita Pp Adesiva Tipo Durex Pequeno 12x30m pacote Mín 10	50	50	100	UNIDADES
32	Calculadora	Calculadora de 12 dígitos, eletrônica de mesa ou portátil, com visor digital e funções básicas de cálculo, tipo de alimentação: Solar+Bateria	20	50	70	UNIDADES

33	Tesoura grande	Tesoura Grande Formato Do Corte: Reta, Material Da Lâmina: Aço Inoxidável, Comprimento Mínimo: 20 Cm, Cabo Plástico Ou Emborrachado.	20	20	40	UNIDADES
34	Saquinhos perfurados arquivo 100 unidades	Saco - Saco Material: Plástico, Altura: 32CM, Largura: 24CM, Espessura: 0,15MM, Transmitância: Transparente, Características Adicionais: C/04 Furos	20	0	20	PACOTES
35	Marca texto	Marca texto amarelo c/12 unidades	10	50	60	CAIXAS
36	Lapis comum	Lápis Preto - Lápis Preto, Material Corpo: Madeira , Dureza Carga: 2 , Formato Corpo: Sextavado , Material Carga: Grafite Preto Nº2 (caixa com 72 lapis)	10	30	40	CAIXAS
37	Cola branca 90 g	Cola - Cola Composição: Base Água, Cor: Branca, Aplicação: Papel, Características Adicionais: Validade Mínima 12 Meses C/Selo Do Inmetro, Tipo: Líquido, Apresentação: 90	10	30	40	UNIDADES
38	Cola bastao 40 g	Cola Bastao - Cola Bastão, Cor Branca, Cola Papel, Cartolina E Similares, Não Tóxico. Embalagem: Tubo De 40G	20	60	80	UNIDADES
39	Grampeador médio	Grampeador de mesa, confeccionado em material metálico ou plástico resistente, compatível com grampos padrão 26/6 ou similar, indicado para uso em escritório, com capacidade aproximada para grampear até 50 folhas de papel.	30	80	110	UNIDADES
40	Grampo para grampeador	Grampo para grampeador padrão 26/6 ou equivalente, acondicionado em caixa contendo aproximadamente 5.000 unidades, indicado para uso em grampeadores de escritório.	30	60	90	CAIXAS
41	Clipe nº 4/0	Clipe para papel nº 4/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 50 unidades.	30	80	110	CAIXAS
42	Clipe nº 8/0	Clipe para papel nº 8/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 25 unidades.	30	80	110	CAIXAS
43	Clipe nº 10/0	Clipe para papel nº 10/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 20 unidades.	30	80	110	CAIXAS



44	Pilha palito não recarregável AA	Pilha alcalina tamanho AA, não recarregável, indicada para equipamentos eletrônicos de uso geral. (pacote com 2 unidades)	100	200	300	PACOTE
45	Pilha palito recarregável AAA	Pilha Recarregavel - PILHA RECARREGAVEL, TAMANHO PILHA PALITO, MODELO AAA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOSELETRÔNICOS, SISTEMA ELETROQUÍMICO NÍQUEL METAL HIDRETO (NI-MH), CAPACIDADENOMINAL 800 MAH, TENSÃO NOMINAL 1,2 V (pacote com 2 unidades)	100	200	300	PACOTE
46	Carregador de pilhas AA/AAA	Carregador de pilhas recarregáveis compatível com pilhas AA e AAA, com alimentação elétrica e indicador de carga.	10	10	20	UNIDADE

LOTE 03

ITEM		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUÍ LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
47	Papel Higiênico folha dupla - FARDO 64 UNIDADES	Papel Higiênico - Papel Higiênico, Material: Fibras Celulósicas , Comprimento: 30 M, Largura: 10 Cm, Tipo: Gofrado E Picotado , Quantidade Folhas: dupla , Cor: Branca , Características Adicionais: Fragrancia Neutra	120	200	320	PACOTES
48	Papel Toalha Interfolhado - pacote COM 1000 FOLHAS	Toalha De Papel - Toalha De Papel, Material: Papel Alta Alvura , Tipo Folha: 2 Dobras , Comprimento: 26 Cm, Largura: 23 Cm, Características Adicionais: Interfolhada 100% Celulose, Fardo- Mínimo 7 pacotes com 1000 folhas.	120	200	320	FARDO
49	Sabonete liquido 1 L	Sabonete Líquido - Sabonete Líquido, Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Acidez: Ph 6 A 8 , Aplicação: Assepsia Das Mãos , Características Adicionais: Agente Bactericida , Composição: Tensoativos Aniônicos E Não Aniônicos, Solvente	50	100	150	UNIDADES

50	Desinfetante 5 L	Desinfetante - Desinfetante, USO: Geral, AÇÃO: Germicida, bactericida, QUALIDADE: Biodegradável, PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto de alquil- dimetil benzil amônio 50%, MEDIDA DE PH: Entre 8,5- 9,5, SOLUBILIDADE: Em água, AROMA: Pinho, EMBALAGEM: Frasco plástico com 5 litros, com tampa e lacre de segurança, UNID. DE MEDIDA: Unitário	50	50	100	UNIDADES
51	SODA CAUSTICA 1 KG	Produto à base de hidróxido de sódio, utilizado para limpeza pesada e desobstrução, acondicionado em embalagem com aproximadamente 1 kg.	30	50	80	UNIDADES
52	Água Sanitária 5 L	Água Sanitária - Água Sanitária, Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, Cloreto , Teor Cloro Ativo: Varia De 2 A 2,50% , Cor: Incolor , Aplicação: Lavagem E Alvejante De Roupas, Banheiras, Pias,	60	100	160	UNIDADES
53	Bom Ar 360 ml	Desodorizador - Desodorizador, Essência: Lavanda/Jasmim , Apresentação: Aerosol , Aplicação: Aromatizador Ambiental , Características Adicionais: Não Contenha Cfc	60	200	260	UNIDADES
54	Detergente Neutro Concentrado 5 L	Detergente - DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN- , lava louças, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEAGRADÁVEL , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	50	100	150	UNIDADES
55	Multiuso Limpador de uso Geral 500 ml	Solução Limpeza Multiuso - Solução Limpeza Multiuso, Composição Básica: Concentrado Alcalino , Aspecto Físico: Líquido , Características Adicionais: Com Efeito Fungicida E Bactericida	100	100	200	UNIDADES
56	Sabão em po - pacote 800 g	Sabão Pó - Sabão Pó, Aplicação: Lavar Roupas , Aditivos: Alvejante , Odor: Floral , Aspecto Físico: Pó , Composição: Água, Alquil Benzeno Sulfato De Sódio, Corante, Ca , Características Adicionais: Biodegradável	50	50	100	UNIDADES

57	Sabão em barra - pacote 900 g	Sabão Barra - Sabão Barra, Composição Básica: Sabão Glicerinado , Tipo: Neutro , Características Adicionais: 1ª Qualidade	15	50	65	UNIDADES
58	Odorizante de Ambiente difusor com 6 varetas 250 ml	Odorizador de ambiente tipo difusor com essência aromática, acompanhado de varetas difusoras.	50	150	200	UNIDADES
59	Limpa vidros 500 ml	Limpa-Vidro - Limpa-Vidro, Aspecto Físico: Líquido , Composição: Lauril Éter, Sulfato De Sódio , Características Adicionais: Pulverizador Com Gatilho, Validade Mínima 3 Anos (Frasco 500ml)	60	100	160	UNIDADES
60	Alcool liquido 1 L	Álcool líquido com concentração aproximada de 70%, indicado para limpeza e desinfecção de superfícies, acondicionado em embalagem de aproximadamente 1 litro.	60	100	160	LITROS
61	Pastilha adesiva para banheiro - cx com 03 unid.	Desodorizador - Caixa Com 03 Pastilhas - Desodorizador Pastilha Adesiva P/ Vaso Sanitário - Caixa Contendo 03 Pastilhas Cada	300	200	500	CAIXAS
62	Limpa inox 500 ml	Produto destinado à limpeza e conservação de superfícies de aço inox, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500 ml.	20	50	70	UNIDADES
63	Saco Lixo Preto de 15L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Capacidade: 15L, Largura: 25CM, Altura: 50CM, Espessura: 0,6 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Leitoso Super Resistente, Apresentação: Rolo (PACOTE COM 100)	70	100	170	PACOTES
64	Saco Lixo Preto de 30L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 30L, Largura: 59CM, Altura: 62CM, Espessura: 0,08 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Material Orgânico, Normas Técnicas: Nbr 9190 E 9191 (PACOTE COM 10)	100	500	600	PACOTES
65	Saco Lixo Preto de 100L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Material: Polietileno Alta Densidade, Capacidade: 100L, Largura: 75CM, Altura: 105CM, Espessura: 0,10MM, Cor: Preta, Características Adicionais: Peça Única/Suporta 20kg/Identificado/Etiquetado, Aplicação: Coleta De Lixo (PACOTE COM 25)	100	500	600	PACOTES

66	<p>Mop 360 Giratório Esfregão De Limpeza Ajustável Limpa Vidros Piso E Parede</p> 	Mop Giratório Esfregão 360 Balde Mín 10 Litros	10	100	110	UNIDADES
67	<p>Limpa Vidros com cabo Extensível</p> 	Limpa Vidros Microfibras Com Cabo Extensível 180º	10	100	110	UNIDADES
68	Rodo de alumínio 60 cm	Rodo para limpeza de pisos, com base aproximada de 60 cm e cabo para manuseio.	20	100	120	UNIDADES
69	Vassoura de cerdas macias multiuso	Vassoura de uso doméstico ou institucional, com cerdas macias e cabo para limpeza de pisos.	40	100	140	UNIDADES
70	Pano para limpeza multiuso em rolo	Pano Para Limpeza Em Geral, Possui Agente Bactericida (Perfect): ROLO COM 50 UNID	50	200	250	ROLOS
71	Balde 5 L com alça	Balde plástico resistente com capacidade aproximada de 5 litros, com alça para transporte.	20	50	70	UNIDADES
72	Flanela	Flanela - Flanela, Material: Flanela , Comprimento: 60 Cm, Largura: 60 Cm, Cor: Laranja	30	100	130	UNIDADES
73	Luvas de borracha Amarela 2 P	Luva Borracha - Luva Borracha, Material: Látex Natural , Tamanho: Pequeno , Cor: Amarela , Características Adicionais: Antiderrapante Com Forro , Tipo: Cano Longo	30	100	130	PACOTES

74	Luvas de borracha Amarela 2 G	Luva Borracha - Luva Borracha, Material: Látex Natural , Tamanho: Grande , Cor: Amarela , Características Adicionais: Antiderrapante Com Forro , Tipo: Cano Longo	30	100	130	PACOTES
75	Luvas de borracha Azul 2 P	Luva Segurança - Luva Segurança, Material: 100% Borracha Nitrílica , Tamanho: P , Aplicação: Equipamento De Proteção Individual (E.P.I.) , Forma: Anatômica , Modelo: Bainha Proteção Punho, Sem Talco Ou Amido , Cor: Azul , Tipo: Descartável	30	100	130	PACOTES
76	Luvas de borracha Azul 2 G	Luva Segurança - Luva Segurança, Material: 100% Borracha Nitrílica , Tamanho: G , Aplicação: Equipamento De Proteção Individual (E.P.I.) , Forma: Anatômica , Modelo: Bainha Proteção Punho, Sem Talco Ou Amido , Cor: Azul , Tipo: Descartável	30	100	130	PACOTES
77	Panos de prato	Pano Prato - Pano Prato, Material Algodão, Comprimento 60 Cm, Largura 40 Cm, Cor Branca	30	100	130	UNIDADES
78	Carrinho de limpeza profissional com balde espremedor com capacidade aproximada de 20 litros, estrutura resistente, indicado para utilização com mop e limpeza de ambientes institucionais.	Carrinho de limpeza profissional com balde espremedor com capacidade aproximada de 20 litros, estrutura resistente, indicado para utilização com mop e limpeza de ambientes institucionais.	15	24	39	UNIDADES
79	Pano de chão	Pano Limpeza - Pano Limpeza, Material 100% Algodão, Comprimento 70 Cm, Largura 50 Cm, Características Adicionais Chão, Cor Branca	60	180	240	UNIDADES
80	Máscara Descartável	Máscara Descartável Uso Geral - Máscara Descartável Uso Geral, Material: Fibra De Poliéster , Tipo Fixação: Tira Elástica , com ajuste nasal, Mín 50 unidades por caixa	20	40	60	CAIXAS
81	Esponja lava louças	Esponja de limpeza indicada para lavagem de louças e utensílios de cozinha.	100	200	300	UNIDADE

1.3. REGISTRO DE PREÇOS

1.3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. **A participação não será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. A Empresa que estiver suspensa no âmbito da ETIPI;

2.6.2. Aquela que seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.6.3. Esteja sob os efeitos da sanção de impedimento para licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Piauí;

2.6.4. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.6.5. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.6.6. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

2.6.7. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

2.6.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país;

2.6.9. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na ETIPI.

2.7. Aplica-se a vedação do item anterior:

2.7.1. À contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na ETIPI;

2.7.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com integrantes de órgãos estatutários da ETIPI;

2.7.3. empregado, servidor cedido ou em exercício na ETIPI cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

2.7.4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ETIPI há menos de 6 (seis) meses.

2.7.5. ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A aplicação das vedações previstas nos subitens 2.6.4, 2.6.8 e 2.7.5 deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

2.9. O disposto no subitem 2.7.5 e item 2.8 deve ser observado quando da formalização da contratação e do pagamento.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação será exigida dos interessados documentação relativa à habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal; recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta e preço, nos termos do art. 66, do RILCC.

3.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da ETIPI, membro da comissão de licitação ou gerente de disputa, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor;

- 3.3. Os documentos de habilitação poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral — CRC da ETIPI;
- 3.4. As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores), sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores;
- 3.5. A habilitação atenderá ainda as seguintes disposições:
- a) Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor;
 - b) Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 3.6. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.7.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.7.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 3.7.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 3.7.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 13.303 de 2016](#) e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI, e neste Edital.
- 3.9. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).**
- 3.9.1. No item/grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/grupo;
 - 3.9.2. Nos itens/grupo em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
 - 3.9.3. **Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.**
 - 3.9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser

alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. O pregoeiro/gerente de disputa verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

3.17. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

3.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **O valor do grupo, com a indicação unitária dos respectivos itens;**

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.7.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Conta do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema

eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Gerente de Disputa e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado em todos os itens que compõem o grupo.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 (um) centavo**.

5.9. O Pregoeiro/Gerente de Disputa verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.10. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), o pregoeiro/gerente de disputa, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.(art. 53, II, Lei 13.303/16)

5.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.15., poderão os

licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo gerente de disputa/pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

5.18. Classificadas as propostas, o pregoeiro/gerente de disputa dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

5.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

5.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.24. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro/gerente de disputa, em prazo nunca inferior a 5 (cinco) minutos, com exceção aos Pregões sem que tenha sido classificada apenas uma proposta, que poderá ser encerrado em prazo inferior.

5.25. A partir do encerramento da etapa de lances pelo pregoeiro/gerente de disputa, dar-se-á início a etapa de lances por tempo randômico, através de sistema eletrônico que encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que durará até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26.1. Havendo eventual empate entre 02 (duas) propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 84 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI, nesta ordem:

5.26.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

5.26.1.2. exame do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que previamente instituído sistema objetivo de avaliação;

5.26.1.3. os critérios estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.26.1.4. sorteio.

5.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.26.2.2. empresas brasileiras;

5.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado

permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 5.27.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:
- 5.27.2. [Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:
- 5.27.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.27.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.27.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.27.6. O pregoeiro/gerente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.27.7. É facultado a o pregoeiro/gerente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.29. Encerrando a etapa de lances da sessão pública, o gerente de disputa deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que sejam obtidas melhores condições.
- 5.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Gerente de Disputa iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.31. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o gerente de disputa examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 5.32. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no prazo do instrumento convocatório de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 5.33. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o gerente de disputa autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI](#), legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Gerente de Disputa diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Consta toda a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7. e 4.11. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro/gerente de disputa examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela ETIPI;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 6.7.6. os lances ou propostas apresentados estiverem acima do orçamento estimado para a contratação;

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores **a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- 6.9.3.1. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela ETIPI; ou
- 6.9.3.2. valor do orçamento estimado pela ETIPI.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela ETIPI, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela ETIPI, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à ETIPI, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela ETIPI, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela ETIPI como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela ETIPI como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos do art. 58 da Lei 13.303/16 e art. 66 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no art. 65 da Lei 13.303/16 e art. 96 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de reserva por telefone [86-99516-5033](tel:86-99516-5033) e pelo email: cpl.etipi@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 7.19. **Habilitação Jurídica**
- 7.19.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.19.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.19.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.19.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.19.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).
- 7.19.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 7.19.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a

matriz.

7.19.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.19.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.20. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20.6. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20.7. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

7.21. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.21.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.21.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

7.21.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.21.5. Entende-se por balanço patrimonial e demonstrações contábeis na forma da lei:

7.21.6. Quando acompanhados do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário registrados em Junta Comercial, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou OAB; ou

7.21.7. Quando acompanhados pelo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil emitido por meio do Sistema Público de Escrituração Contábil – SPED.

7.22. **Qualificação Técnica**

7.22.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.22.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.22.3. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características mínimas constantes no edital.

7.22.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

7.22.5. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos.

7.22.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.22.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.22.8. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de

diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

7.22.9. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

7.22.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

7.22.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.22.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.3. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este Edital;

8.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI será entidade gestora da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

9.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI e na Lei nº 13.303/16.

9.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.3.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.3.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.7. Os órgão interessados quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preço, deverão manifestar seu interesse junto à ETIPI, entidade gestora do Registro de Preços, a qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

9.7.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão interessado, a 100% por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços.

9.7.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de preços, independentemente do número de órgãos interessados que aderirem.

9.7.3. O órgão interessado deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização da ETIPI, observado o prazo de vigência da ata.

9.7.4. A comunicação à ETIPI, entidade gestora do registro de preços, acerca do cumprimento do prazo previsto no item 9.7.3 será providenciada pelo órgão interessado até o quinto dia útil após a contratação.

9.7.5. A ETIPI, entidade gestora do registro de preços, não autorizará a adesão à ata de registro de preços para a contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o fornecedor não tenha apresentado o menor preço.

9.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do [DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013](#).

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento ou com disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, na forma da Lei 13.303, de 2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) da ETIPI.

11.2. Conforme art. 188 e seguintes, do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

advertência, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ETIPI, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.3. As sanções previstas nos incisos I e III, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

11.4. Deverá ser emitida notificação para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

11.5. Caso não seja identificado em conta corrente o pagamento da multa no prazo estabelecido, a Administração deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa contratada e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

11.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a ETIPI em virtude de atos ilícitos praticados;

IV - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

V - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI - apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VIII - não mantiver a proposta;

IX - falhar ou fraudar na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

11.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

11.7.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a ETIPI a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Regulamento.

11.8. A aplicação de sanções às empresas contratadas, após o devido processo administrativo, será decidida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, em primeira instância, e pelo Diretor-Presidente, em última instância.

11.9. No processo administrativo de apuração de indícios de irregularidades na execução contratual, a ser regido por norma interna, serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

11.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ETIPI deverão ser registradas e publicadas.

11.10.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo Punitivo (PAP), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), de que trata a Lei nº 12.846/2013.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail cpl.etipi@gmail.com. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.

12.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

12.4. O edital poderá ser impugnado, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º dia útil anterior à data fixada para envio das propostas.

12.5. A ETIPI deve processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis contados da interposição.

12.6. Na hipótese de a ETIPI não decidir a impugnação até a data fixada para a entrega das propostas, a licitação deverá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

12.7. Se a impugnação for julgada procedente, a ETIPI deverá:

12.7.1. Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

12.7.2. Na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo: a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame; b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes.

12.7.3. Se a impugnação for julgada improcedente, a ETIPI deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

12.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 71 do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.

13.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicidade do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata, se presente todos os licitantes.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.4. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos da habilitação ou julgamento deverão manifestar a sua intenção de recorrer no prazo determinado no instrumento convocatório, que será de no mínimo 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão do direito de recorrer.

13.5. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o Agente de Contratação ou Comissão de Licitação autorizado a adjudicar ou registrar o preço do objeto ao licitante declarado vencedor.

13.6. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

13.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico informado neste edital.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato, **se couber**. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

14.2. Na assinatura do contrato/ordem de fornecimento, será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

14.3. **Serão geradas duas ordens de fornecimento distintas, uma para a ETIPI e outra para a Piauí link, considerando a natureza orçamentária de cada uma.**

14.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento, obrigações das partes e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Termo de Referência e na Minuta da Ordem de Fornecimento.

14.4.1. **A EMPRESA CONTRATADA DEVE SOLICITAR O PAGAMENTO DO SERVIÇO/BEM, OBJETO DA LICITAÇÃO, ATRAVÉS DE REQUERIMENTO.**

14.5. As despesas que atenderão à contratação correrão à conta de recursos próprios da ETIPI e Piauí Link S.A.

15. DO PRAZO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Os prazos, condições de execução e de recebimento do objeto/serviços serão em conformidade com o termo de referência e com a ordem de fornecimento.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://portal.pi.gov.br/etipi/licitacoes> , <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos :
- 16.11.1. ANEXO I - MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇO;
- 16.11.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVOS;
- 16.11.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE VEDAÇÃO PREVISTAS NA LEI FEDERAL 13.303, de 30 DE JUNHO DE 2016, E DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIO;
- 16.11.4. ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- 16.11.5. ANEXO VI - MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO;
- 16.11.6. ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

ANEXO — I

MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO FINAL PARA O ARREMATANTE

DADOS DO PROPONENTE:

NOME: _____

RAZÃO/SOCIAL: _____, CNPJ/MF/MF _____

n.º: _____ BANCO: _____ AGÊNCIA _____

n.º _____ CONTA _____ n.º _____ ENDEREÇO _____

COMPLETO: _____ CONTATOS _____ (TELEFONE/E-MAIL) _____

VALIDADE DA PROPOSTA, NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA)

DIAS: _____ PRAZO DE

EXECUÇÃO: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL

DECLARAMOS QUE NÃO ESTAMOS IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO EM QUALQUER ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, OU INDIRETA DE QUALQUER DAS ESFERAS DE GOVERNO.

Data e Local

Assinatura e carimbo
(representante legal da empresa)

ANEXO - II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, cadastrado no CPF/MF sob o nº _____, na qualidade de Proponente da licitação instaurada na EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, Licitação Eletrônica – Pregão Nº 01/2026, DECLARA, para fins de direito, que até a presente data inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local

Assinatura e carimbo
(representante legal da empresa)

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE VEDAÇÃO PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, E DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, Sr. (a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, cadastrado(a) no CPF/MF sob o nº _____, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada na EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ, Licitação Eletrônica Nº 01/2026, DECLARA, para fins de direito, que a Proponente, seus sócios, dirigentes ou administradores não se enquadram nas vedações constantes do processo em tela e/ou previstos no Regulamento de Contratações da Etipi e na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e tendo observado as disposições do Código de Ética e Política de Transação com Partes Relacionadas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Data e Local

Assinatura e carimbo

(representante legal da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **ERICK BARRETO DA SILVA - Matr.0396617-8, Presidente da CPL da ETIPI**, em 21/05/2026, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024259504** e o código CRC **C0C4E80E**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 00066.000203/2025-06 SEI nº 0024259504



PIAUI LINK S/A
AV. Pedro Freitas, 1554, - Bairro Vermelha, Teresina/PI, CEP 64018-000
Telefone:

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00066.000203/2025-06

1. DO OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer os requisitos e condições para o registro de preços destinado ao fornecimento de materiais de consumo nas categorias de Copa, Escritório e Serviços Gerais, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento das demandas da Piauí Link S/A e da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI.

1.2. A presente contratação visa assegurar o fornecimento contínuo e regular de materiais essenciais ao funcionamento administrativo e operacional das sedes e unidades da Piauí Link S/A e ETIPI, garantindo a manutenção das atividades institucionais, o adequado ambiente de trabalho e a disponibilidade de insumos necessários à prestação de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação à Administração Pública Estadual.


2. DO OBJETO


2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o registro de preços, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para eventual fornecimento de materiais de consumo de expediente, copa, higiene e limpeza, organizados conforme as especificações técnicas detalhadas nos anexos deste documento.

2.2. A contratação contempla o fornecimento dos seguintes lotes, conforme discriminado na tabela abaixo:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUI LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE	VALOR
01 Açúcar 1 kg	AÇUCAR CRISTAL COLORAÇÃO BRANCA - FARDO 30 KG	30	30	60	FARDOS	R\$
02 Adoçante 200 ml	ADOÇANTE LÍQUIDO DIETÉTICO com sacarina EMBALAGEM DE 200ML	40	100	140	UNIDADES	R\$
03 Água de copo S/ Gás 200ml - Copos	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO COM TAMPA ALUMINIZADA 200ML CAIXA COM 48	30	0	30	CAIXAS	R\$
04 Biscoito de Leite	Biscoito doce tipo leite primeira linha, acondicionado em embalagem adequada para consumo alimentar, devidamente lacrada e rotulada conforme legislação sanitária vigente.	200	100	300	PACOTE	R\$
05 Café a vácuo 250 g	Café torrado e moído, embalado a vácuo, marcas de referência: União, santa clara, 3 corações, melitta maratá ou superior. com peso aproximado de 250 g, acondicionado em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e prazo de validade.	600	1200	1800	UNIDADES	R\$

06	Manteiga 500g	Manteiga de origem láctea, primeira qualidade, acondicionada em embalagem de 500 g, devidamente lacrada e identificada conforme normas sanitárias vigentes.	60	100	160	UNIDADES	R\$
07	Coador de café de tecido 100% algodão lavável	Coador de café confeccionado em tecido, reutilizável e lavável, com suporte adequado para preparo de café.	30	50	80	UNIDADES	R\$
08	Leite em pó integral	Leite em pó acondicionado em embalagem apropriada, com peso aproximado de 380 g, contendo identificação do fabricante e prazo de validade.	200	200	400	LATA	R\$
09	Pacote de Petas 200 g	Biscoito tipo peta ou similar, acondicionado em embalagem plástica ou equivalente, contendo aproximadamente 200 g do produto.	350	500	850	PACOTES	R\$
10	Biscoito de Goiaba saco	Biscoito doce com recheio sabor goiaba, acondicionado em embalagem apropriada para consumo alimentar, devidamente lacrada e rotulada.	200	250	450	PACOTES	R\$
11	Guardanapos - Folha Dupla	Guardanapo de papel descartável, folha dupla, de boa absorção, acondicionado em embalagem com quantidade adequada para uso institucional tamanho mínimo 30 x 29,5 cm	150	1000	1150	PACOTES	R\$
12	<div>  </div> Conjunto de xícaras louça pequena - 12 unidades	Conjunto de xícaras com pires confeccionadas em material cerâmico ou similar, apropriadas para consumo de bebidas quentes, contendo 12 unidades.	15	50	65	CONJUNTOS	R\$

Conjunto de taças de vidro - 06 unidades									
13		Conjunto de taças confeccionadas em vidro ou material similar, apropriadas para consumo de bebidas, contendo 6 unidades. Min 300 ml	15	50	65	CONJUNTOS	R\$		
14	Mini Colher- mexedor de café	Colher Descartável - Material Plástico, Cor Incolor, Aplicação Café, Características Adicionais Resistente. Pacote com 100 unidades.	50	50	100	PACOTES	R\$		
15	Colher descartável	Talher Descartável - TALHER DESCARTÁVEL MATERIAL PLÁSTICO, TIPO COLHER, APLICAÇÃO SOBREMESA, COR INCOLOR. Pacote com 50 unidades.	50	50	100	PACOTES	R\$		
16	Garfo descartável	Talher Descartável - TALHER DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO GARFO, APLICAÇÃO SOBREMESA, COR INCOLOR. Pacote com 50 unidades.	50	50	100	PACOTES	R\$		
17	Prato descartável	Prato descartável nº 15, confeccionado em plástico ou material equivalente, resistente, indicado para uso em refeições, acondicionado em pacote com quantidade compatível para uso institucional. Pacote com 10 unidades. PR-15	200	450	650	PACOTES	R\$		
18	Prato raso branco para refeição	Prato raso branco para refeição 25 cm em porcelana (caixa com 6 pratos)	-	5	5	CAIXAS	R\$		
19	Prato branco para sobremesa	Jogos de pratos 18 cm para sobremesa (caixa com 6 pratos)	-	5	5	CAIXAS	R\$		
20	Conjunto de Talheres em inox	Conjunto de talheres em aço inoxidável Cor-Prata Quantidade: 24 peças 6 x Faca 6 x garfos 6 x Colher Pequena 6 x Colher Grande	-	2	2	CONJUNTOS	R\$		

21	Jogo Americano redondo	Jogo Americano (sousplat) redondo prata 30 cm com 6 peças	-	5	5	CONJUNTOS	R\$
22	Travessas Retangular Rasa	Travessa Retangular Rasa Grande Porcelana Branca - 36 Cm Branco caixa com 6 unidades	-	2	2	CAIXAS	R\$
23	Copo Descartável 180ml p/ Água	Copo Descartável - Copo Descartável, Material: Polipropileno , Capacidade: 180 Ml, Aplicação: Líquidos Frios E Quentes , Características Adicionais: Biodegradável, Nbr 13230/2(CAIXA COM 2500 UNIDADES (25 PACOTES C/ 100 UND))	10	400	410	CAIXA	R\$
24	Copo Descartável 50ml p/ café	Copo Descartável - Copo Descartável, Material Polipropileno, Capacidade 50 Ml, Aplicação Líquidos, frios E Quentes, Características Adicionais Atóxico E Biodegradável (Pacote com COM 100 UNID)	400	1000	1400	PACOTE	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 158.838,12 (cento e cinquenta e oito mil oitocentos e trinta e oito reais e doze centavos)							

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUI	LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
25	Caneta azul - caixa	15		30	45	CAIXAS
26	Resma de Papel A4	12		50	62	CAIXAS
27	Borracha	24		100	124	UNIDADES
28	Apontador	24		100	124	UNIDADES
29	Corretivo	10		50	60	CAIXA
30	Fita adesiva larga	50		100	150	UNIDADES
31	Fita adesiva tipo durex	50		50	100	PACOTES


32	Calculadora	Calculadora de 12 dígitos, eletrônica de mesa ou portátil, com visor digital e funções básicas de cálculo, tipo de alimentação: Solar+Bateria	20	50	70	UNIDADES
33	Tesoura grande	Tesoura Grande Formato Do Corte: Reta, Material Da Lâmina: Aço Inoxidável, Comprimento Mínimo: 20 Cm, Cabo Plástico Ou Emborrachado.	20	20	40	UNIDADES
34	Saquinhos perfurados arquivo 100 unidades	Saco - Saco Material: Plástico, Altura: 32CM, Largura: 24CM, Espessura: 0,15MM, Transmittância: Transparente, Características Adicionais: C/04 Furos	20	0	20	PACOTES
35	Marca texto	Marca texto amarelo c/12 unidades	10	50	60	PACOTE
36	Lapis comum	Lápis Preto - Lápis Preto, Material Corpo: Madeira , Dureza Carga: 2 , Formato Corpo: Sextavado , Material Carga: Grafite Preto Nº2 (caixa com 72 lapis)	10	30	40	CAIXAS
37	Cola branca 90 g	Cola - Cola Composição: Base Água, Cor: Branca, Aplicação: Papel, Características Adicionais: Validade Mínima 12 Meses C/Selo Do Inmetro, Tipo: Líquido, Apresentação: 90	10	30	40	UNIDADES
38	Cola bastao 40 g	Cola Bastao - Cola Bastão, Cor Branca, Cola Papel, Cartolina E Similares, Não Tóxico. Embalagem: Tubo De 40G	20	60	80	UNIDADES
39	Grampeador médio	Grampeador de mesa, confeccionado em material metálico ou plástico resistente, compatível com grampos padrão 26/6 ou similar, indicado para uso em escritório, com capacidade aproximada para grampear até 50 folhas de papel.	30	80	110	UNIDADES
40	Grampo para grampeador	Grampo para grampeador padrão 26/6 ou equivalente, acondicionado em caixa contendo aproximadamente 5.000 unidades, indicado para uso em grampeadores de escritório.	30	60	90	CAIXAS
41	Clipe nº 4/0	Clipe para papel nº 4/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 50 unidades.	30	80	110	CAIXAS
42	Clipe nº 8/0	Clipe para papel nº 8/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 25 unidades.	30	80	110	CAIXAS
43	Clipe nº 10/0	Clipe para papel nº 10/0, confeccionado em aço galvanizado ou material equivalente, indicado para organização de documentos, acondicionado em caixa contendo 20 unidades.	30	80	110	CAIXAS
44	Pilha palito não recarregável AA	Pilha alcalina tamanho AA, não recarregável, indicada para equipamentos eletrônicos de uso geral. (pacote com 2 unidades)	100	200	300	PACOTE
45	Pilha palito recarregável AAA	Pilha Recarregavel - PILHA RECARREGAVEL, TAMANHO PILHA PALITO, MODELO AAA, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOSELETRÔNICOS, SISTEMA ELETROQUÍMICO NÍQUEL METAL HIDRETO (NI-MH), CAPACIDADENOMINAL 800 MAH, TENSÃO NOMINAL 1,2 V (pacote com 2 unidades)	100	200	300	PACOTE
46	Carregador de pilhas AA/AAA	Carregador de pilhas recarregáveis compatível com pilhas AA e AAA, com alimentação elétrica e indicador de carga.	10	10	20	UNIDADE
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 45.341,14 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e um reais e quatorze centavos)						

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PIAUÍ	LINK	QUANTIDADE ETIPI	QUANTIDADE TOTAL	UNID/
47	Papel Higiênico folha dupla - FARDO 64 UNIDADES Papel Higiênico - Papel Higiênico, Material: Fibras Celulósicas , Comprimento: 30 M, Largura: 10 Cm, Tipo: Gofrado E Picotado , Quantidade Folhas: dupla , Cor: Branca , Características Adicionais: Fragrancia Neutra	120		200	320	PACC
48	Papel Toalha Interfolhado - pacote COM 1000 FOLHAS Toalha De Papel - Toalha De Papel, Material: Papel Alta Alvura , Tipo Folha: 2 Dobras , Comprimento: 26 Cm, Largura: 23 Cm, Características Adicionais: Interfolhada 100% Celulose, Fardo- Mínimo 7 pacotes com 1000 folhas.	120		200	320	FARD
49	Sabonete liquido 1 L Sabonete Líquido - Sabonete Líquido, Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Acidez: Ph 6 A 8 , Aplicação: Assepsia Das Mãos , Características Adicionais: Agente Bactericida , Composição: Tensoativos Aniônicos E Não Aniônicos, Solvente	50		100	150	UNID/
50	Desinfetante 5 L Desinfetante - Desinfetante, USO: Geral, AÇÃO: Germicida, bactericida, QUALIDADE: Biodegradável, PRINCÍPIO ATIVO: Cloreto de alquil-dimetil benzil amônio 50%, MEDIDA DE PH: Entre 8,5-9,5, SOLUBILIDADE: Em água, AROMA: Pinho, EMBALAGEM: Frasco plástico com 5 litros, com tampa e lacre de segurança, UNID. DE MEDIDA: Unitário	50		50	100	UNID/
51	SODA CAUSTICA 1 KG Produto à base de hidróxido de sódio, utilizado para limpeza pesada e desobstrução, acondicionado em embalagem com aproximadamente 1 kg.	30		50	80	UNID/
52	Água Sanitária 5 L Água Sanitária - Água Sanitária, Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, Cloreto , Teor Cloro Ativo: Varia De 2 A 2,50% , Cor: Incolor , Aplicação: Lavagem E Alvejante De Roupas, Banheiras, Pias,	60		100	160	UNID/
53	Bom Ar 360 ml Desodorizador - Desodorizador, Essência: Lavanda/Jasmim , Apresentação: Aerosol , Aplicação: Aromatizador Ambiental , Características Adicionais: Não Contenha Cfc	60		200	260	UNID/
54	Detergente Neutro Concentrado 5 L Detergente - DETERGENTE, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO SULFÔNICO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ESTABILIZAN- , lava louças, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONCENTRADO, PH NEUTRO, BIODEAGRADÁVEL , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	50		100	150	UNID/
55	Multiuso Limpador de uso Geral 500 ml Solução Limpeza Multiuso - Solução Limpeza Multiuso, Composição Básica: Concentrado Alcalino , Aspecto Físico: Líquido , Características Adicionais: Com Efeito Fungicida E Bactericida	100		100	200	UNID/

56	Sabão em po - pacote 800 g	Sabão Pó - Sabão Pó, Aplicação: Lavar Roupas , Aditivos: Alvejante , Odor: Floral , Aspecto Físico: Pó , Composição: Água, Alquil Benzeno Sulfato De Sódio, Corante, Ca , Características Adicionais: Biodegradável	50	50	100	UNID/
57	Sabão em barra - pacote 900 g	Sabão Barra - Sabão Barra, Composição Básica: Sabão Glicerinado , Tipo: Neutro , Características Adicionais: 1ª Qualidade	15	50	65	UNID/
58	Odorizante de Ambiente difusor com 6 varetas 250 ml	Odorizador de ambiente tipo difusor com essência aromática, acompanhado de varetas difusoras.	50	150	200	UNID
59	Limpa vidros 500 ml	Limpa-Vidro - Limpa-Vidro, Aspecto Físico: Líquido , Composição: Lauril Éter, Sulfato De Sódio , Características Adicionais: Pulverizador Com Gatilho, Validade Mínima 3 Anos (Frasco 500ml)	60	100	160	UNID/
60	Alcool líquido 1 L	Álcool líquido com concentração aproximada de 70%, indicado para limpeza e desinfecção de superfícies, acondicionado em embalagem de aproximadamente 1 litro.	60	100	160	LITRO
61	Pastilha adesiva para banheiro - cx com 03 unid.	Desodorizador - Caixa Com 03 Pastilhas - Desodorizador Pastilha Adesiva P/ Vaso Sanitário - Caixa Contendo 03 Pastilhas Cada	300	200	500	CAIXA
62	Limpa inox 500 ml	Produto destinado à limpeza e conservação de superfícies de aço inox, acondicionado em embalagem de aproximadamente 500 ml.	20	50	70	UNID/
63	Saco Lixo Preto de 15L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Capacidade: 15L, Largura: 25CM, Altura: 50CM, Espessura: 0,6 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Leitoso Super Resistente, Apresentação: Rolo (PACOTE COM 100)	70	100	170	PACOTE
64	Saco Lixo Preto de 30L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Material: Polietileno, Capacidade: 30L, Largura: 59CM, Altura: 62CM, Espessura: 0,08 Mm, Cor: Preta, Características Adicionais: Material Orgânico, Normas Técnicas: Nbr 9190 E 9191 (PACOTE COM 10)	100	500	600	PACOTE
65	Saco Lixo Preto de 100L	Saco Plástico Lixo - Saco Plástico Lixo Material: Polietileno Alta Densidade, Capacidade: 100L, Largura: 75CM, Altura: 105CM, Espessura: 0,10MM, Cor: Preta, Características Adicionais: Peça Única/Suporta 20kg/Identificado/Etiquetado, Aplicação: Coleta De Lixo (PACOTE COM 25)	100	500	600	PACOTE
66	Mop 360 Giratório Esfregão De Limpeza Ajustável Limpa Vidros Piso E Parede	Mop Giratório Esfregão 360 Balde Mín 10 Litros	10	100	110	UNID/



Limpa Vidros com cabo Extensível					
					
67		Limpa Vidros Microfibras Com Cabo Extensível 180º	10	100	110 UNID/
68	Rodo de alumínio 60 cm	Rodo para limpeza de pisos, com base aproximada de 60 cm e cabo para manuseio.	20	100	120 UNID/
69	Vassoura de cerdas macias multiuso	Vassoura de uso doméstico ou institucional, com cerdas macias e cabo para limpeza de pisos.	40	100	140 UNID/
70	Pano para limpeza multiuso em rolo	Pano Para Limpeza Em Geral, Possui Agente Bactericida (Perfect): ROLÓ COM 50 UNID	50	200	250 ROLC
71	Balde 5 L com alça	Balde plástico resistente com capacidade aproximada de 5 litros, com alça para transporte.	20	50	70 UNID/
72	Flanela	Flanela - Flanela, Material: Flanela , Comprimento: 60 Cm, Largura: 60 Cm, Cor: Laranja	30	100	130 UNID/
73	Luvas de borracha Amarela 2 P	Luva Borracha - Luva Borracha, Material: Látex Natural , Tamanho: Pequeno , Cor: Amarela , Características Adicionais: Antiderrapante Com Forro , Tipo: Cano Longo	30	100	130 PACC
74	Luvas de borracha Amarela 2 G	Luva Borracha - Luva Borracha, Material: Látex Natural , Tamanho: Grande , Cor: Amarela , Características Adicionais: Antiderrapante Com Forro , Tipo: Cano Longo	30	100	130 PACC
75	Luvas de borracha Azul 2 P	Luva Segurança - Luva Segurança, Material: 100% Borracha Nitrílica , Tamanho: P , Aplicação: Equipamento De Proteção Individual (E.P.I.) , Forma: Anatômica , Modelo: Bateria Proteção Punho, Sem Talco Ou Amido , Cor: Azul , Tipo: Descartável	30	100	130 PACC
76	Luvas de borracha Azul 2 G	Luva Segurança - Luva Segurança, Material: 100% Borracha Nitrílica , Tamanho: G , Aplicação: Equipamento De Proteção Individual (E.P.I.) , Forma: Anatômica , Modelo: Bateria Proteção Punho, Sem Talco Ou Amido , Cor: Azul , Tipo: Descartável	30	100	130 PACC
77	Panos de prato	Pano Prato - Pano Prato, Material Algodão, Comprimento 60 Cm, Largura 40 Cm, Cor Branca	30	100	130 UNID/
78	Carrinho de limpeza profissional com balde espremador com capacidade aproximada de 20 litros, estrutura resistente, indicado para utilização com mop e limpeza de ambientes institucionais.	Carrinho de limpeza profissional com balde espremador com capacidade aproximada de 20 litros, estrutura resistente, indicado para utilização com mop e limpeza de ambientes institucionais.	15	24	39 UNID/
79	Pano de chão	Pano Limpeza - Pano Limpeza, Material 100% Algodão, Comprimento 70 Cm, Largura 50 Cm,Características Adicionais Chão, Cor Branca	60	180	240 UNID/

		Máscara Descartável Uso Geral - Máscara Descartável				
80	Máscara Descartável	Uso Geral, Material: Fibra De Poliéster , Tipo Fixação: Tira Elástica , com ajuste nasal, Mín 50 unidades por caixa	20	40	60	CAIXA/
81	Esponja lava louças	Esponja de limpeza indicada para lavagem de louças e utensílios de cozinha.	100	200	300	UNID/

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 162.408,35 (cento e sessenta e dois mil quatrocentos e oito reais e trinta e cinco centavos)

2.3. As imagens eventualmente apresentadas neste Termo de Referência possuem caráter meramente ilustrativo e servem exclusivamente como referência de padrão mínimo de qualidade e funcionalidade dos produtos a serem fornecidos, serão aceitos produtos similares ou superiores, desde que atendam às especificações técnicas descritas neste documento e apresentem desempenho, qualidade e características equivalentes ou melhores.

2.4. A aquisição é classificada como de caráter contínuo e essencial, conforme os termos da Lei nº 13.303/2016, considerando a necessidade permanente de manutenção das atividades administrativas e operacionais da Piauí Link S/A e ETIPI.

2.5. O Sistema de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência das partes, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

2.6. Os quantitativos indicados são estimativas anuais consolidadas dos órgãos participantes (Piauí Link S/A e ETIPI) e não vinculam a contratante à aquisição total, servindo como referência máxima para o registro de preços e respeitando o princípio da demanda efetiva.

2.7. A licitação será dividida em **LOTES**, permitindo a participação de empresas em um ou mais itens, conforme capacidade técnica e econômica. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, permitindo a adjudicação a fornecedores distintos conforme a competitividade de cada lote.

2.8. **Da classificação dos bens comuns.**

2.8.1. Trata-se ainda de **objeto comum**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.8.2. O objeto desta licitação enquadra-se como comum, conforme definido no inciso IV da Art. 32 da Lei nº 13.303/2016, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, tendo como base especificações usuais no mercado.

3. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A sociedade espera das instituições públicas uma melhor prestação de serviços, com respostas rápidas, eficientes, transparentes e uma gestão administrativa com qualidade, atrelada aos resultados. Para tanto, é indispensável assegurar a disponibilidade contínua de materiais de consumo essenciais ao funcionamento administrativo e operacional das unidades da Piauí Link S/A e da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI.

3.2. Diante desse cenário, foi identificada a necessidade de implementação de Sistema de Registro de Preços para fornecimento de materiais de consumo de expediente, copa, higiene e limpeza, abrangendo as seguintes categorias:

- a) Materiais de Copa e Cozinha: Açúcar, café, água mineral, copos descartáveis, utensílios de cozinha e demais insumos necessários ao atendimento de servidores, colaboradores e visitantes nas dependências da Piauí Link S/A e ETIPI;
- b) Materiais de Expediente/Escritório: Papel sulfite, canetas, lápis, grampeadores, pastas, envelopes e demais materiais necessários às atividades administrativas de rotina das áreas técnicas e administrativas;
- c) Materiais de Higiene e Limpeza: Papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, álcool em gel, detergentes, desinfetantes, vassouras, rodos e demais produtos necessários à manutenção da higiene, limpeza e sanitização dos ambientes de trabalho.

3.3. O fornecimento contínuo desses materiais é fundamental para assegurar:

- a) A continuidade das atividades administrativas e operacionais da Piauí Link S/A e ETIPI;
- b) A manutenção de condições adequadas de trabalho, higiene e salubridade nos ambientes institucionais;
- c) O atendimento digno a servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados;
- d) A conformidade com normas de saúde, segurança do trabalho e boas práticas de gestão administrativa;
- e) A disponibilidade imediata de insumos essenciais, evitando interrupções ou prejuízos às atividades institucionais.

3.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela:

- a) Economicidade: Permite a realização de licitação única para fornecimento parcelado, reduzindo custos administrativos com múltiplos processos licitatórios;
- b) Eficiência: Agiliza as aquisições por demanda efetiva, evitando estocagem excessiva e desperdício de recursos públicos;
- c) Flexibilidade: Permite a contratação conforme necessidade real, respeitando a disponibilidade orçamentária e financeira de cada órgão participante;
- d) Ampla competitividade: Favorece a participação de múltiplos fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo melhores condições de preço e qualidade.

3.5. A contratação está, portanto, alinhada com os princípios da economicidade, eficiência, moralidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 13.303/2016, bem como com o interesse público de assegurar as condições materiais necessárias ao pleno funcionamento da Piauí Link S/A e ETIPI, entidades responsáveis pela infraestrutura crítica de dados e tecnologia da informação do Estado do Piauí.

3.6. JUSTIFICATIVA PARA CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR LOTE

3.7. A adoção do critério de julgamento **por lote** mostra-se a mais adequada para o presente certame em razão das características técnicas e operacionais do objeto. O Termo de Referência estrutura o fornecimento em três lotes (copa, expediente/escritório e higiene/limpeza), agrupando itens que possuem afinidade de uso, rotatividade semelhante e gestão integrada de estoque nas unidades da Piauí Link S/A e da ETIPI.

3.8. Sob a perspectiva administrativa, a contratação por lote facilita o planejamento de suprimentos, a gestão da Ata de Registro de Preços e a fiscalização do cumprimento contratual, uma vez que concentra em um mesmo fornecedor a responsabilidade sobre um conjunto coerente de materiais, reduzindo o número de contratos e ordens de fornecimento a serem acompanhados. Do ponto de vista econômico, o julgamento por menor preço por lote permite que os licitantes formulem propostas com ganhos de escala dentro de cada grupo de itens, refletindo essa economia no preço global do lote, o que tende a resultar em melhores condições de preço e logística para a Administração em comparação com a adjudicação item a item.

3.9. Cumpre registrar que a divisão em lotes não restringe a competitividade, pois os licitantes poderão disputar um, alguns ou todos os lotes, conforme sua capacidade técnica e econômica, sendo o critério de julgamento objetivo (menor preço por lote) e compatível com o disposto na Lei nº 13.303/2016 para bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão claramente definidos no Termo de Referência.

4. TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO A ME/EPP/MEI:

4.1. Do tratamento diferenciado conferido às ME e EPP em contratações e licitações públicas:

4.2. A Administração deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens ou produtos de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Por essa razão, parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverá ser RESERVADA às MEs, MEIs e EPPs beneficiadas pelo art. 48, III, LC nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014.

4.3. A Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4.4. O benefício trazido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, é aplicável a qualquer modalidade de licitação, cabendo ao licitante o ônus da prova da regularidade fiscal ao ser beneficiado pelo tratamento diferenciado e favorecido.

4.5. À Administração Pública cabe somente assegurar o tratamento diferenciado e favorecido para as empresas enquadradas que comprovem tal situação.

4.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal;

4.7. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das ocorrer pelo menor preço;

4.8. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.9. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e que não ultrapasse o preço de referência (valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante art.10, inciso I do Decreto Federal nº 8.538/2015.

5. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

5.1. Não poderão participar desta licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

6. DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

6.1. No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços/fornecimentos em desacordo como determinado no presente Termo de Referência e contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

7. DA VISTORIA

7.1. Em razão de ser aquisição de produtos não se faz necessária vistoria.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os recursos orçamentários serão próprios da Piauí Link/Etipi.

9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

9.1. O preço estimado para a aquisição dos materiais será definido com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, conforme planilha orçamentária a ser anexada ao processo

9.2. O preço registrado será aquele constante da proposta da licitante vencedora do certame.

9.3. As condições de pagamento seguirão as normas da ETIPI e Piauí Link S/A, conforme estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

9.4. O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

9.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 366.587,61 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos).

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.2. O critério de julgamento da presente licitação se dará pelo menor preço do lote.

10.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**.

10.3. **Exigências de habilitação**

10.3.1. A Comissão de Licitação verificará eletronicamente a situação cadastral, caso esteja com algum(ns) documento(s) vencido(s), a licitante deverá apresentá-lo(s) dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo aqueles acessíveis para consultas em sítios oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

10.3.2. Existindo restrição no cadastro quanto ao documento de registro ou inscrição em entidade profissional competente, este deverá ser apresentado em situação regular, exceto quando não exigido na qualificação técnica.

10.3.3. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF ou CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

10.3.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta em sites oficiais.

10.3.5. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará a licitante inabilitada.

10.3.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.6.1. **Habilitação Jurídica**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.6.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.3.6.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c) Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.3.6.4. **Qualificação técnica**

- a) Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto, compatíveis com o objeto ora licitado e que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação.
- b) Comprovação de que tenha executado os fornecimento objeto da presente contratação, que sejam compatíveis em quantidade e requisitos definidos neste Termo de Referência, objetivando demonstrar, de forma objetiva, que a licitante possui experiência e condições de prestar o serviço pelo prazo de vigência inicial da contratação, minimizando-se os riscos de interrupção e/ou execução insatisfatória do objeto.
- c) O atestado de capacidade técnica deverá conter minimamente as seguintes informações: nome da empresa/órgão, endereço, nome do responsável, telefone para contato e descrição dos fornecimentos similares ao licitado.

11. **FORMA, PRAZO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS**

- 11.1. O prazo máximo do fornecimento dos equipamentos será de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de fornecimento.
- 11.2. Os materiais deverão ser entregues nas dependências da **Piauí Link S/A ou da ETIPI**, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, em endereço informado pela CONTRATANTE.
- 11.3. As prorrogações para a entrega do(s) material(ais) só serão aceitas na ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que as justifique.
- 11.4. No momento da entrega, um empregado designado pela CONTRATANTE verificará se o material entregue atende às especificações do Termo de Referência, podendo rejeitar o material, no todo ou em parte, que esteja em desacordo com o especificado.
- 11.5. Não serão recebidos os materiais que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade ou inadequação em relação ao seu conteúdo e não estiverem devidamente identificados e, em conformidade, com o estabelecido na legislação vigente.
- 11.6. Em caso de rejeição do material, o empregado designado lavrará um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações ou o motivo da rejeição. A CONTRATADA, com o recebimento do termo, ficará cientificada da obrigação de sanar as irregularidades apontadas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.
- 11.7. Caso a substituição não ocorra em até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA incorrerá em atraso na entrega e se sujeitará à aplicação das sanções cabíveis.
- 11.8. Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão por conta da CONTRATADA.
- 11.9. A Contratada deverá fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, conforme disposto neste Termo de Referência.
- 11.10. Os materiais fornecidos devem estar dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas técnicas e legais a eles pertinentes.
- 11.11. O fornecimento dos materiais não gera obrigação futura à CONTRATANTE, que adquirirá apenas as quantidades necessárias, conforme sua demanda efetiva e disponibilidade orçamentária, respeitando o limite máximo registrado na Ata de Registro de Preços.

12. **CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 12.1. Será realizada por servidor especialmente designado pela CONTRATANTE, conforme o caso, e constará de:
- I - Verificação da conformidade dos materiais entregues com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.
 - II - Verificação física e lógica do Serviço executado ou material fornecido para constatar a integridade do mesmo;
 - III - Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Devolução, no qual serão consignadas todas as irregularidades observadas no material entregue em relação às especificações e quantidades constantes do Termo de Referência, de seus

anexos e da proposta da CONTRATADA.

12.2. O recebimento dos materiais será realizado por servidor ou empregado designado pela CONTRATANTE, mediante verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Fornecimento.

12.3. O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento Provisório: Será realizado pelo responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega, mediante termo circunstanciado ou recibo, após verificação das quantidades, embalagens, prazos de validade (quando aplicável) e integridade física dos materiais;
- b) Recebimento Definitivo: Ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, conformidade técnica e adequação dos materiais às especificações do Termo de Referência, mediante termo detalhado ou atestação na Nota Fiscal.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. Os materiais deverão ser entregues sob demanda, de acordo com as necessidades específicas de cada órgão participante (Piauí Link S/A ou ETIPI), mediante Ordem de Fornecimento individualizada, sem custos adicionais de frete, seguro ou quaisquer outras despesas acessórias.

12.6. Cada órgão participante emitirá suas próprias Ordens de Fornecimento, respeitando os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, sendo as entregas realizadas de forma independente e parcelada conforme a demanda efetiva de cada unidade requisitante.

12.6.1. O prazo de validade mínimo dos produtos, quando aplicável, deverá ser de:

- a) Alimentos e bebidas: 6 (seis) meses a partir da data de entrega;
- b) Produtos de higiene e limpeza: 12 (doze) meses a partir da data de entrega;
- c) Materiais de expediente: Conforme especificações do fabricante, quando aplicável.

12.6.2. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes locais:

- a) Piauí Link S/A: Av. Pedro Freitas, 1554, Bairro Vermelha, Teresina/PI, CEP 64018-000;
- b) ETIPI: Av. Pedro Freitas, 1900 – Centro Administrativo, Bairro São Pedro, Teresina-PI- CEP: 64.018-900;

12.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na Ordem de Fornecimento, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.8. No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à qualidade, quantidade ou especificação, deverá ser observado o teor do Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento.

12.9. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências no fornecimento do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade, segurança e adequação dos materiais fornecidos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e do Código Civil Brasileiro.

12.11. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

13. DA GARANTIA

13.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade e conformidade de todos os materiais fornecidos com as especificações constantes no Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e legislação aplicável.

13.2. Para produtos não perecíveis (materiais de expediente, limpeza e copa), a CONTRATADA é responsável por vícios de qualidade, fabricação ou inadequação que os tornem impróprios ou inadequados ao uso, conforme disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.3. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, todo e qualquer material que apresente:

- a) Defeitos de fabricação ou embalagem;
- b) Prazo de validade vencido ou inferior ao estabelecido neste Termo de Referência;
- c) Características organolépticas alteradas (cor, odor, consistência);
- d) Desconformidade com as especificações técnicas;
- e) Vícios ocultos que os tornem impróprios ao uso ou lhes diminuam o valor.

13.4. A substituição de materiais com defeito ou não conformidades será realizada sem ônus adicional para a CONTRATANTE, incluindo todos os custos de transporte, frete e demais despesas.

13.5. A responsabilidade da CONTRATADA por vícios aparentes ou ocultos estende-se durante todo o prazo de validade do produto ou, no caso de produtos não perecíveis, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da entrega, nos termos dos artigos 26 e 27 do Código de Defesa do Consumidor.

13.6. O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos vícios ocultos ou pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos.

14. DO PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI e da Lei 13.303/16, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre a Piauí Link e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. A Piauí Link poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Piauí Link poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Piauí Link com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

14.6.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Piauí Link especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, desde que justificada a necessidade de assistência especializada, dispensada essa nos casos do §§ 3º e 4º do Art. 160, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

14.6.2. Na hipótese de contratação de terceiros prevista no subitem anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições:

- I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de representantes da

Piauí Link;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade dos representantes da Piauí Link designados para controlar e fiscalizar os contratos, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

14.7. A empresa contratada deverá indicar preposto, aceito pela Piauí Link, para representá-la durante a execução do contrato.

14.8. As atividades de fiscalização da execução contratual competirão à Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC), cujos papéis e responsabilidades são:

a) coordenação das atividades relacionadas aos atos preparatórios à instrução processual e a formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;

b) acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços ou fornecimento de bens estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;

c) acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

d) acompanhamento mensal, por amostragem, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução de obras.

14.9. Em complemento às atividades da EFC, a fiscalização pelo público usuário terá papel relevante na avaliação dos aspectos qualitativos do objeto e, em regra, será representada por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços ou fornecimento de bens, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso.

14.10. É possível a nomeação de fiscal setorial para que seja feito o acompanhamento da execução do contrato quando a prestação dos serviços ou fornecimento de bens ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas da Piauí Link.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto visto que se trata de aquisição.

16. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Os contratos contarão com cláusula que estabeleça a possibilidade de alteração, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pelo Art. 184, do Regulamento Interno;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

16.2. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

16.3. Em havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a Piauí Link deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16.4. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

16.5. A variação do valor contratual para fazer face a repactuação ou reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, correção de erro material e alteração de firma ou denominação, não caracterizarão alteração do contrato e poderão ser registrados por termo de apostilamento, dispensada a celebração de aditamento.

16.6. Nos casos de cisão, fusão ou incorporação, o contrato deverá ser alterado por termo aditivo.

17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

17.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, não excedendo o prazo de 5 (cinco) anos, forma do artigo 153, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. Os recursos orçamentários serão próprios de cada órgão participante (Piauí Link S/A e ETIPI), sendo as dotações específicas indicadas nos respectivos processos de contratação decorrentes da Ata de Registro de Preços.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Do pagamento por órgão participante

19.2.1. Nos casos em que a Ata de Registro de Preços seja utilizada por mais de um órgão participante, cada órgão (Piauí Link S/A e ETIPI) será responsável pelo pagamento das despesas decorrentes das Ordens de Fornecimento por ele emitidas, com recursos próprios devidamente empenhados e liquidados em seu respectivo processo administrativo.

19.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do órgão que emitir a Ordem de Fornecimento (Piauí Link S/A ou ETIPI), indicando claramente o número da respectiva Ordem de Fornecimento e do processo administrativo correlato.

19.2.3. O prazo, a forma de pagamento, a conferência da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e as retenções tributárias observarão as regras deste Termo de Referência e do edital, aplicadas no âmbito de cada órgão participante.

19.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 19.4. O prazo e a forma de pagamento será fixado no respectivo instrumento convocatório e contratual, na parte específica do contrato.
- a) A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta "on-line" ao sistema de cadastramento, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
 - b) Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
 - c) Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;
 - d) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;
 - e) Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda.
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 19.5. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, mediante a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica e de documentos adicionais exigidos em lei, discriminando os produtos entregues, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelos responsáveis técnicos.
- 19.6. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores constantes na proposta de preços, registrada nesta contratação.
- 19.7. Considera-se incluídos no preço unitário todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como quaisquer despesas com transportes, inclusive em decorrência do cumprimento da garantia, os quais correrão por conta da CONTRATADA.
- 19.8. Os preços registrados deverão estar sempre adequados ao valor de mercado.
- 19.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.10. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 19.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20. DO REAJUSTE

- 20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura da Ata de Registro de Preços, emitida pela Piauí Link S/A/ETIPI, aplicando-se a todos os órgãos participantes (Piauí Link S/A e ETIPI).
- 20.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.3. As demais disposições estarão previstas no Contrato.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 21.1. Além das obrigações resultantes da observância do Regimento de Licitações e Contratos da ETIPI e da Lei 13.303/2016, também são obrigações da Contratante:
- 21.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 21.1.2. Acompanhar o fornecimento de equipamentos, objeto deste instrumento, por meio da Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí;
 - 21.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, e pertinente ao objeto do contrato;
 - 21.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 21.1.5. Informar à Contratada o(s) nome(s) do(s) agente(s) designado(s) para a fiscalização;
 - 21.1.6. Receber e atestar os documentos das despesas, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência;
 - 21.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação ao objeto da contratação;
 - 21.1.8. Cientificar o CONTRATADO nas ocasiões de alteração contratual;
 - 21.1.9. Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
 - 21.1.10. Fornecer ao CONTRATADO os documentos indispensáveis à demanda ou a facilitar a sua obtenção;
 - 21.1.11. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;
 - 21.1.12. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados;
 - 21.1.13. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados;
 - 21.1.14. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

21.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

21.1.16. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

21.1.17. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Além das responsabilidades resultantes do Regulamento de Licitações e Contratos da ETIPI e da Lei 13.303/2016, são obrigações da CONTRATADA:

22.2. Fornecer os materiais conforme especificações, prazos e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e proposta apresentada;

22.3. Efetuar a troca dos materiais que não atenderem às especificações ou forem rejeitados, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo estipulado neste Termo de Referência;

22.4. Designar responsável para acompanhamento da execução e contatos com a CONTRATANTE;

22.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 81, § 1º da Lei nº 13.303/2016;

22.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE sobre os materiais fornecidos;

22.7. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE de qualquer anormalidade verificada na execução do contrato;

22.8. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

22.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 77 da Lei nº 13.303/2016;

22.10. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

22.11. Guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento;

22.12. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela CONTRATANTE;

22.13. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal;

22.14. Manter sempre atualizados seus dados cadastrais, sob pena de infração contratual;

22.15. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

22.16. Fornecer os materiais de acordo com as normas técnicas vigentes e especificações definidas neste Termo de Referência;

22.17. Entregar os materiais nos prazos previamente estipulados, sujeitando-se às sanções regulamentares em caso de descumprimento;

22.18. Apresentar, quando exigido pela CONTRATANTE, comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

23. SANÇÕES

23.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento ou com disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, na forma da Lei 13.303, de 2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) da ETIPI.

23.2. Conforme art. 188 e seguintes, do Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) advertência, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ETIPI, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

23.3. As sanções previstas nos incisos I e III, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

23.4. Deverá ser emitida notificação para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

23.5. Caso não seja identificado em conta corrente o pagamento da multa no prazo estabelecido, a Administração deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa contratada e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

23.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a ETIPI em virtude de atos ilícitos praticados;

IV - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

V - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI - apresentar documentação falsa exigida para o certame;

VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VIII - não mantiver a proposta;

IX - falhar ou fraudar na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

23.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

23.7.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a ETIPI a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Regulamento.

23.8. A aplicação de sanções às empresas contratadas, após o devido processo administrativo, será decidida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, em primeira instância, e pelo Diretor-Presidente, em última instância.

23.9. No processo administrativo de apuração de indícios de irregularidades na execução contratual, a ser regido por norma interna, serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

23.10. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ETIPI deverão ser registradas e publicadas.

23.10.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo Punitivo (PAP), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), de que trata a Lei nº 12.846/2013.

24. INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

24.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

24.2. A rescisão do contrato pode ocorrer das seguintes formas:

- a) de maneira unilateral, garantindo-se a oportunidade de defesa com um prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis;
- b) por meio de acordo entre as partes, formalizado no processo, contanto que seja vantajoso para a Piauí Link e para a empresa contratada;
- c) por ordem judicial.
- d) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos
- e) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- f) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- g) a prática de atos previstos na Lei nº 12.846/2013;
- h) a inobservância da vedação ao nepotismo;
- i) a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação das partes, direta ou indiretamente.

24.3. A rescisão resultante dos motivos dos subitens será concretizada mediante o devido processo administrativo.

24.4. A rescisão unilateral requer uma notificação por escrito e devidamente fundamentada pela parte interessada, devendo ser enviada à outra parte com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência.

24.4.1. A critério da Piauí Link, caso exista risco ao regular desenvolvimento de suas atividades, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

24.5. Os efeitos da rescisão contratual terão início a partir da notificação escrita referente à decisão do processo administrativo, preferencialmente realizada por meio eletrônico. Na eventualidade de não ser possível notificar o interessado, a comunicação será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado do Piauí.

24.5.1. Se a interrupção imediata do contrato acarretar prejuízos à Piauí Link/ETIPI, a notificação mencionada no item anterior pode estipular que os efeitos da rescisão serão efetivados em uma data posterior.

25. DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Regimento Interno de Licitações e Contratos, e demais normas federais e estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

26. DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina-PI para dirimir quaisquer questões oriundas do contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

27. CONFIDENCIALIDADE

27.1. A contratada não poderá fazer uso do nome Piauí Link e ETIPI, da marca Piauí Link e ETIPI, da expressão "a serviço da Piauí Link e ETIPI" ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da contratada, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela ETIPI.

27.2. Qualquer informação obtida pela contratada, de informação, produto, processo, da Piauí Link e ETIPI, confidencial ou não, em razão da prestação de serviços.

27.3. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Piauí Link e ETIPI, pela contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste contrato, na forma do artigo 412 do código civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento.

27.4. O valor da multa estabelecida será devido em relação à cada informação divulgada.

28. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

28.1. É dever da parte contratante observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do CONTRATANTE, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa.

28.1.1. É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.1.2. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência do contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

28.1.3. Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade das informações repassadas em decorrência da execução contratual.

28.1.4. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este CONTRATANTE.

28.1.5. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o CONTRATANTE, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso 1, da Lei Federal nº. 13.709/18.

28.1.6. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/18.

28.1.7. Para a execução do objeto do contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e à Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade do Estado do Piauí (Decreto Estadual nº 23.003, de 21 de maio de 2024), a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este CONTRATANTE, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. O presente termo fora elaborado pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, em cumprimento e conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração.

29.2. O presente documento segue assinado pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e

oportunidade, com fulcro no art. 22, III, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

30. **ANEXOS**

30.1. ANEXO I- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

OBSERVAÇÃO: Solicitamos que a composição detalhada dos custos seja incluída na proposta, para que a ETIPI possa avaliar de forma transparente todos os itens que compõem o valor final. A interessada poderá incluir quaisquer informações adicionais que julgar relevantes, desde que tais dados sejam incorporados com o objetivo de garantir maior clareza e transparência à proposta.

DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE	
RAZÃO SOCIAL	
NOME FANTASIA	
CNPJ	
ENDEREÇO	
AGÊNCIA	
CONTA	
ENDEREÇO COMPLETO	
CONTATOS (TELEFONE/EMAIL)	
RESPONSÁVEL	
VALIDADE DA PROPOSTA	90 (NOVENTA) DIAS

DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE					
RAZÃO SOCIAL					
NOME FANTASIA		INSC. ESTADUAL			
CNPJ		INSC. MUNICIPAL			
ENDEREÇO		BAIRRO			
CIDADE		ESTADO		CEP	
TELEFONE					
SITE					
EMAIL					
BANCO		AGÊNCIA		CONTA	
VALIDADE DA PROPOSTA					

(assinado eletronicamente)
LUÍS MARTINS DA SILVA NETO
Gerente Administrativo

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como autorizo o **PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

(assinado eletronicamente)
DANIEL IALLE DE CARVALHO SOUSA
Presidente da Piauí Link S/A

(assinado eletronicamente)
ELLEN GERA DE BRITO MOURA
Presidente da ETIPI



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MARTINS DA SILVA NETO - Matr.0416345-1, Gerente Administrativo**, em 19/05/2026, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL IALLE DE CARVALHO SOUSA - Matr.0416346-0, Presidente**, em 19/05/2026, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELLEN GERA DE BRITO MOURA - Matr.0158401-4, Presidente da ETIPI**, em 21/05/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024206560** e o código CRC **0D840121**.

MINUTA



EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

Av. Pedro Freitas, 1900, Centro Administrativo, Entre os prédios da SEAD e SEDUC. - Bairro São Pedro, Teresina/PI, CEP 64018-900
Telefone: - http://www.etipi.pi.gov.br

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 00066.000203/2025-06

* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº	90001/2026
VALIDADE DA ATA	12 meses

A **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – ETIPI-PI**, com sede na Av. Pedro Freitas, nº 1900, Centro Administrativo, Bairro São Pedro, na cidade de Teresina - Piauí, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.839.135/0001-57, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. ELLEN GERA DE BRITO MOURA**, conforme registro na Junta Comercial do Estado do Piauí, em 04/07/2023, sob n.º 22300016032, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 01/2026, publicada no DOE, de XX/XX/2023, Processo Administrativo n.º 00066.000203/2025-06.

RESOLVE:

REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 13.303, de 2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da ETIPI, e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço destinado ao fornecimento de materiais de consumo nas categorias de copa, escritório e serviços gerais, para atendimento das demandas da Piauí Link S/A e da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI, conforme as especificações, requisitos e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR	FORNECEDOR							
	(razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, representante)							
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (se exigida no Edital)	MODELO (se exigido no Edital)	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO, GARANTIA OU VALIDADE
1								
2								
3								
4								
5								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ENTIDADE GERENCIADORA E PARTICIPANTE

3.1. A entidade gerenciadora será a EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – ETIPI-PI.

3.2. Caberá a entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias da ETIPI e do fornecedor.

4.2. A autorização da ETIPI apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A ETIPI poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da ETIPI, entidade Pública, empresas ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão Público, ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. AS ADESÕES PARA NÃO PARTICIPANTES PODERÁ SER DADA POR ITEM.

Dos limites para as adesões

4.7. As contratações por adesão não poderão exceder, por órgão público, por empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços da ETIPI, conforme RILCC.

4.8. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, a o **QUINTUPLO** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a ETIPI, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma da Lei.

4.10. Desde que previamente admitido no instrumento convocatório da licitação e a critério da ETIPI, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que não tenham participado do processo licitatório para a formação da ata de registro de preços, poderão firmar contratos por adesão a essa ata durante a sua vigência.

4.10.1. Quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, as empresas públicas e sociedades de economia mista que não participaram do registro de preços, deverão consultar a ETIPI para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a ETIPI.

4.10.3. Após a autorização da ETIPI, o órgão, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa dias)**, observado o prazo de vigência da ata.

4.10.4. Compete ao órgão, à empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, praticar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a ETIPI.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A ARP resultante desta licitação terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, e seu extrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Estado e no site da ETIPI na internet.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou documento equivalente, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme a Lei 13.303/16 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no DOE-PI e PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303 de 2016 e no Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Caso não tenha sido realizado o cadastro de reserva, quando o licitante vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, a ETIPI deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor ou, na impossibilidade, revogar o certame
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A recusa injustificada do licitante vencedor da licitação em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Regulamento Interno da ETIPI e no instrumento convocatório.
- 5.14. Havendo um fato superveniente à celebração da ata de registro de preços, devidamente justificado pela autoridade máxima, a ETIPI não está obrigada a contratar com o fornecedor registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do inciso VI do caput do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 13.303/16 e Regimento Interno de Licitações e Contratos da ETIPI.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por

motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, conforme art. 139 do Regulamento Interno.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e no Regulamento Interno.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não assinar e não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016, e no Regimento Interno.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja

prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela ETIPI, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, desde que não comprove a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado;

9.1.3.1. Na hipótese de aplicação da sanção prevista acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho da autoridade máxima da ETIPI, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. A recusa injustificada do licitante vencedor da licitação em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida e ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Regulamento e no instrumento convocatório.

10. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Administração promover as negociações necessárias com os fornecedores.

10.2. A revisão de que trata o item acima será realizada com base no Art. 81, VI da Lei 13.303/2016, mediante requerimento fundamentado da contratada, acompanhado de documentação comprobatória do desequilíbrio.

10.3. A Administração, após análise da comissão técnica e parecer jurídico, decidirá sobre a procedência do pedido de reequilíbrio, podendo cancelar a ata ou o item, caso as negociações resem infrutíferas.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços registrados na Ata poderão ser reajustados anualmente, com base na variação do **IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no Art. 81, §7º da Lei 13.303/2016. O reajuste será realizado de acordo com a periodicidade e os parâmetros definidos na Ata de registro de preços, observando a variação do IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, caso necessário.

11.2. A contratada poderá solicitar o reajuste, desde que devidamente fundamentado, com a

apresentação de documentos que comprovem a variação do índice acordado. A Administração, com base na análise da comissão técnica e parecer jurídico, avaliará a solicitação e, se aprovada, procederá ao reajuste conforme os parâmetros definidos na Ata de registro de preços.

12. **DAS PENALIDADES**

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. **CONDIÇÕES GERAIS**

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi assinada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e Data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM DO TR	FORNECEDOR							
	(razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, representante)							
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (se exigida no Edital)	MODELO (se exigido no Edital)	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO, GARANTIA OU VALIDADE
1								
2								
3								
...								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM DO TR	FORNECEDOR							
	(razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, representante)							
	ESPECIFICAÇÃO	MARCA (se exigida no Edital)	MODELO (se exigido no Edital)	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	QUANTIDADE MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	PRAZO, GARANTIA OU VALIDADE
1								
2								
3								
...								



Documento assinado eletronicamente por **ERICK BARRETO DA SILVA - Matr.0396617-8, Presidente da CPL da ETIPI**, em 09/04/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023409194** e o código CRC **6D78B970**.

MINUTA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ
- ETIPI-PI
PRESIDÊNCIA DA ETIPI - PI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ETIPI-PI

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO - 4/2026

* MINUTA DE DOCUMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS:	XXXX
Data de Emissão:	XXXX
Emergencial:	() Sim (X) Não
Contratada:	
CNPJ nº:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Contrato nº	Não se aplica.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto da contratação é o fornecimento de materiais de consumo nas categorias de copa, escritório e serviços gerais, para atendimento das demandas da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí - ETIPI-PI.

ITEM	EMPRESA	CNPJ	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL						

OU

2.2. O objeto da contratação é o fornecimento de materiais de consumo nas categorias de copa, escritório e serviços gerais, para atendimento das demandas da Piauí Link S/A.

ITEM	EMPRESA	CNPJ	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

ITEM	EMPRESA	CNPJ	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL						

3. DOS PRAZOS

3.1. A entrega deverá ser efetivada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante, no seguinte endereço conforme tabela abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede da XXXXX	XXXXXX

4. CONTRATADA

Prepostos da Empresa (Nome)	XXXXXX
Qualificação	Representante da Empresa

DO VALOR CONTRATADO

O valor total da contratação é de R\$ XXXXXX, incluídas todas as despesas ordinárias indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargo sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral da contratação.

DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação Orçamentária será própria da XXXXX, sendo especificada pela Gerência Financeira.

DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA

As condições de pagamento, reajuste, fiscalização, obrigações e sanções são estabelecidas no Termo de Referência.

DAS CLÁUSULAS GERAIS

DAS CLÁUSULAS GERAIS	
Da Rescisão	A contratação poderá ser rescindida conforme o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ETIPI).
Da Vedação	Fica vedada à Contratada interrupção da execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo previstos em lei.
Das Alterações	Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí (ETIPI).
Dos Casos Omissos	Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo a legislação da Fundamentação Legal.
Do Foro	Comarca de Teresina-PI.

(assinado eletronicamente)

XXX

XXX

CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **ERICK BARRETO DA SILVA - Matr.0396617-8, Presidente da CPL da ETIPI**, em 09/04/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023409219** e o código CRC **B27BB74B**.